

Diga-me com quem tu andas... como com eles se relaciona e pode ser que seja menos vulnerável

Ou como os conceitos de Redes Sociais e Capital Social podem minimizar as condições de Vulnerabilidade Social

Tiago Augusto da Cunha

Doutorando em Demografia
ta_cunha@yahoo.com.br
Núcleo de Estudos de População (NEPO)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo

O conceito de vulnerabilidade, por excelência, estabelece relações de associação entre diferentes fatores que o compõe. Seu grande ganho analítico reside justamente aí, ao encarar que a condição de vulnerável de indivíduos e grupos nasce da inabilidade de enfrentamento e superação a diversos riscos e adversidades, haja vista sua carência ou dificuldade de mobilização e utilização de ativos. Uma das principais fontes destes ativos, corriqueiramente citada pela literatura acerca do tema vulnerabilidade, são as redes sociais, por serem em alguma medida representações de uma fonte mais ampla de recursos, ou seja, são ilustrações da sociedade e da comunidade. Ademais, as redes são componentes estruturais de ao menos um ativo em particular: do capital social. Contudo, o processo migratório pode impactar decisivamente esta fonte particular de ativos; para ser mais claro, pode impactar decisivamente o processo de estruturação e composição da rede social do migrante e, logo, seus ativos, conduzindo-o a uma condição de vulnerabilidade relacional e social temporária ou estrutural. Ou, não, configurando-se como solução para esta condição vulnerabilidade; proporcionando alterações “benéficas” em sua rede social e, novamente, em seus ativos. O presente estudo almeja, portanto, realizar uma discussão teórica sobre estas noções e conceitos, seus diálogos e, principalmente, discorrer e problematizar estas possíveis relações associativas a partir de exploração bibliográfica.

Introdução

1. Elementos conceituais

Início este trabalho me esforçando por explicitar ao máximo, de forma clara e concisa os motivos pelos quais a incorporação do conceito de vulnerabilidade nos é caro, para não dizer, central.

Dessa forma, uma possível e, talvez, primeira dúvida ou questão que pode vir a ser formulada pelos futuros e corajosos leitores deste trabalho é:

“Em que o conceito de vulnerabilidade pode contribuir para a discussão de redes sociais e o processo migratório?”

O conceito é composto por três principais elementos e são estes os principais “ganchos”, bem como chaves de leitura do processo migratório especialmente quanto este é analisado sob a perspectiva da noção de redes sociais.

O primeiro destes elementos é a noção de *risco*. O segundo, se refere a noção de *capacidade de enfrentamento* a estes riscos por meio de... *ativos*, no caso, o terceiro elemento da equação.

Sempre tendo em vista as possíveis “superfícies de contato” com processo migratório, especialmente aqueles mais localizados e circunscritos territorialmente – como o intrametropolitano –, os riscos são inúmeros. Desde a ruptura de contatos preexistentes, principalmente com vizinhos e amigos, a distância física em relação a parentes e familiares que poderiam fornecer auxílios, ajudas e recursos de forma mais imediata (cuidados despendidos com idosos, crianças, enfermos, etc.), o isolamento provocado a partir destas situações, a dependência de fontes cada vez mais restritas, etc..

Vale, portanto, explicitar um dos mais importantes pressupostos do trabalho: *que a migração impacta a composição da rede social do migrante*. É dizer, que suas consecutivas mudanças residenciais ao longo do tempo e do território foram em grande medida responsáveis pelos contatos com os quais ele [migrante] atualmente e usualmente troca recursos (materiais ou não – instrumentais, por exemplo) ou simplesmente mantém qualquer tipo de relação social.

Retornando ao assunto “riscos”, talvez o mais inerente ao processo migratório seria o da não integração do migrante ao destino. Ou ainda, o recalque do processo de coesão do grupo do qual o migrante se sente mais familiarizado (mecanismos de

homofilia¹ como definido por Marques (2007)), uma vez que esta sedimentação e cristalização de relações sociais que se dão somente e tão somente entre semelhantes não é necessariamente a mais salutar, haja vista que pode ser esta uma das realidades responsáveis pela reprodução de processos e fenômenos espúrios (reprodução da pobreza, por exemplo), tendo em vista que há pouca heterogeneidade interna, ou seja, pouca diversidade de recursos e informações. Ou seja, a constante permanência em uma condição de vulnerabilidade social, provocada por uma também vulnerabilidade, contudo, relacional.

Contudo, há que se problematizar a questão; pode-se ponderar que a própria migração trata-se de “uma faca de dois gumes”, pois ao passo que é uma espécie de solução para diversos riscos macro-estruturais (falta de emprego, moradia, etc.) é também ela um possível risco em si, na medida em que pode impactar negativamente a rede social do migrante, rompendo determinados vínculos (familiares, inclusive) e relações/interações sociais, logo, contatos.

É preciso, portanto, cuidado no tratamento desta questão, não havendo afirmações absolutas ou do tipo valoradas (bom – ruim, bem – mal, sim ou não). Isto, pois a migração é também capaz de diversificar a rede social do migrante; ou seja, estabelecer relações/interações do tipo “*linking/bridging*” (LOZARES; MOLINA, 2011) ou os ditos “*laços fracos*” (GRANOVETTER, 1973) tidos como fontes de recursos imateriais e instrumentais (MARQUES, 2009), entre indivíduos e/ou grupos cujas características, atributos e propriedades diferem imensamente entre si (novos vizinhos, amigos e colegas).

Não é, portanto, nosso intuito tratar a respeito tão somente das vantagens ou desvantagens da migração e seus impactos na rede social do migrante, uma vez que o esforço seria enorme e provavelmente impossível de ser realizado sem que, em determinados momentos, se perdesse o foco, ou pior, que ele se tornasse um mero devaneio.

Ademais, tal preocupação poderia ser apropriada futuramente como uma espécie de “receita”. Ou seja: “*migre ao menos duas vezes que sua rede será diversificada. Não migre mais do que isto, pois grande parte de seus contatos será rompido. Todavia, não migre menos do que isto, pois, do contrário, sua rede não será tão diversificada*”. Nossa preocupação não poderia estar mais longe deste tipo de simplismo.

¹ Massey (1987) define três tipos básicos de relações/interações sociais que unem migrantes nas áreas de destino: laços domiciliares - (*housesold*), laços familiares ou de parentesco (*kinship*) e, por fim, laços de origem comum (*community*).

Parte-se do pressuposto que sim, a migração possui inequívocos impactos na rede social do migrante. Parte-se do pressuposto que sim, ela pode conduzir o migrante no primeiro momento a uma condição de vulnerabilidade relacional e social². Mas que ela é uma solução viável a muitos que já se encontram nestas mesmas condições de vulnerabilidade ou o simples desdobramento desta última.

Parte-se do pressuposto que sim, as redes sociais podem ser ativos para o enfrentamento de um grande corolário de riscos. Mas que ela pode ser também um risco em si, já que pode possuir atributos ou ser composta e estruturada de tal forma que se desdobra muito mais em uma desvantagem do que em uma vantagem.

Se estes dois fatores são ambivalentes, qual pode ser, portanto, o “fiel da balança”, ou seja, aquele elemento que pode ter um poder transformador nos sinais tanto da migração, quanto das redes sociais?

O “sucesso” ou “fracasso”, nesse caso dependerá essencialmente da capacidade de enfrentamento ao risco e sua, conseqüente, superação; pode estar associado, interessantemente, aos ativos que o migrante consegue mobilizar, sendo que um dos principais locais para achá-lo, mas principalmente produzi-lo são as redes sociais.

Pode-se aqui pensar em um espectro muito amplo, logo, variado de ativos; desde aqueles que se referem ao lugar e ao contexto, como por exemplo, a noção de “geografia de oportunidades” de Kaztman (2001) e Katazman e Filgueira (2006), até a tríade: capital físico/financeiro, humano e social. Neste ponto, mais um recorte metodológico se faz necessário, a fim de que a discussão prossiga e possa ser desenvolvida sem se perder o foco nas superfícies de contato entre o conceito de redes sociais e o processo migratório.

Desse modo, ao presente artigo interessa se debruçar tão somente sobre um específico ativo: o capital social. Por entender que ele é um *ativo relacional*, ou seja, só existe a partir de uma estrutura básica, cuja representação *per si* é a rede social. Ao passo que é também composto por um componente substantivo/formal que remete aos recursos compartilhados por meio de relações/interações de confiança, reciprocidade, etc.. Nesse sentido, a rede social só pode ser encarada como um ativo, dependendo da quantidade e qualidade do capital social que aí flui. Ao passo que a

² Assim como uma condição de vulnerabilidade social pode estar associada (para não dizer, motivada) por uma situação de vulnerabilidade relacional, haja vista que uma das pernas do tripé [no caso, comunidade/sociedade] das possíveis fontes de recursos não existe ou é deficiente.

migração só pode ser encarada como solução dependendo da “saúde” destes dois elementos.

Por estes motivos é que aqui se propõe uma breve reflexão acerca de uma *vulnerabilidade relacional*, muitas vezes condicionada pela migração; condicionada pela maior ou menor quantidade e qualidade de capital social e, conseqüentemente, pela própria rede social do migrante.

2. O lastro

2.1. A noção de Vulnerabilidade

Origens da noção

Mas antes de discorrermos sobre um tipo específico de vulnerabilidade [no caso, a relacional] cabe um retorno as origens do termo mais geral ou, simplesmente, um retorno as origens do termo vulnerabilidade.

É dizer que, ao menos neste momento, não se pretende discutir a operacionalização da vulnerabilidade, mas sim o arcabouço teórico do conceito, noção, idéia ou termo que ela representa, visto que é ela [discussão] que conduz a elaboração de um conjunto de hipóteses [já mencionadas anteriormente, na introdução deste estudo] e, conseqüentemente, a uma perspectiva de enfrentamento de uma problemática específica.

Vale iniciar este exercício, afirmando que, em verdade, não existe uma única e inequívoca definição a respeito do que é vulnerabilidade³. Ela é tão ampla e tão utilizada em diversos estudos, bem como pelo senso comum que é questionável se ela é ou não um conceito. Ainda assim, há um certo consenso que a definição de vulnerabilidade é composta pela “[...] exposição aos riscos, a incapacidade de resposta e a inabilidade de adaptação” (VIGNOLLI, 2006, p. 4).

Sob esta perspectiva, a utilização da noção de vulnerabilidade propicia de modo umbilical (mas não necessariamente causal) tanto o enfoque sobre a condição dos atores, quanto a discussão sobre os riscos que incidem sobre eles.

³ Segundo Hogan et al. (2001), Cutter (1998) chega a identificar 18 tipos diferentes de definição de vulnerabilidade.

Independentemente da disciplina em questão, ela encontra grande aceitação especialmente nas pesquisas sobre mudanças ambientais e climáticas, justamente por não se descuidar destas duas dimensões.

A psicologia é também outro campo do pensamento científico onde ela encontra grande penetração/repercussão. Seu enfoque, no entanto, se dá principalmente sobre: a) *comportamentos de risco* – ingestão de álcool e drogas, sexo sem proteção, ou ainda, b) *relações sociais de risco*: por exemplo, envolvimento em gangues e c) *situações de risco* (situações de pobreza ou, outro exemplo, residir em um bairro violento) (VIGNOLLI, 2006).

Mesmo prestando especial atenção aos mecanismos que levam indivíduos e grupos a incapacidade de resposta aos riscos, não há como negar que estas pesquisas ainda direcionavam grande parte de seus esforços à descrição dos riscos, atribuindo a eles grande relevância na equação geral dos por quês [motivos] indivíduos e grupos eram ou se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Cunha (2004), por sua vez, se esforça por utilizar o mesmo arcabouço teórico-conceitual, todavia, nos estudos com um viés preponderantemente sociodemográfico, tomando, para tanto, como recorte territorial duas importantes regiões metropolitanas do interior paulista: Campinas e Santos. Se esforça, pois, por um enfoque de vulnerabilidade:

*“[...] voltado à apreensão de fatores que tornam os indivíduos e/ou famílias mais ou menos vulneráveis, deixando de enfatizar – embora não necessariamente abandone – as concepções deste conceito com relação ao território. **Nesse caso, são as vulnerabilidades de pessoas e não dos recursos naturais que serão o centro de atenção. Assim sendo, o enfoque de vulnerabilidade aqui adotado inclui também o papel de processos sociodemográficos no direcionamento do ônus desses fatores.**”*

(CUNHA, 2004, p. 344 – o grifo é meu)

Ao retrabalhar a noção, incorporando-a a discussões sociodemográficas, o autor propiciou um triplo enfoque: a) um voltado a discussão dos “riscos” sociodemográficos (gravidez na adolescência, envelhecimento, morte, etc.), b) outro interessado nas suas capacidades de resposta e adaptação e c) uma terceira dimensão preocupada em discorrer sobre seus instrumentais que estão associados diretamente a sua capacidade de resposta, ou seja, seus ativos (capital físico/financeiro, capital humano e capital social, essencialmente). Esta é também a principal “embocadura”/perspectiva

adotada por Vignolli (2006), entretanto, para um recorte muito mais amplo: América Latina e Caribe.

Talvez, seja este o principal motivo da escolha desta particular noção. Ao se utilizar do arcabouço teórico-conceitual oriundo da noção de vulnerabilidade, há, ao pesquisador, um duplo enfoque sobre os processos e fenômenos sociais que almeja estudar. Este duplo enfoque, por sua vez, preza pela associação entre fatores⁴, uma vez que aborda em conjunto tanto os riscos que conduziram o ator a uma determinada situação adversa quanto as possíveis formas de enfrentamento dos mesmos a partir de diversos elementos instrumentais. Assim como o caminho inverso, ou seja, como a falta e/ou carência de determinadas habilidades, capacidades e destes mesmos elementos instrumentais pode conduzir o sujeito a adversidade perante os mesmos riscos. Tal perspectiva associativa pode ser fundamental para a compreensão holística do processo de estruturação das redes sociais do migrante, logo, de seu processo de integração ao destino, haja vista que tanto migração, quanto redes, quanto a própria condição de vulnerabilidade do indivíduo e/ou grupo (família) influenciam-se de forma recíproca, não havendo direção ou sentido preponderante. Ademais, a perspectiva associativa ao complexificar o processo de estruturação da rede social do migrante permite, mesmo que de forma indireta, tratar a respeito tanto das “positividades”, quanto dos “efeitos indesejados” de cada um dos fatores (leia-se migração, redes sociais e ativos) da equação mais geral que repercute sobre a composição de sua rede e sobre o “sucesso” e/ou “insucesso” de sua integração.

A construção da definição de vulnerabilidade por Vignolli (2006) aborda a centralidade dos ativos como elementos instrumentais que podem incidir decisivamente sobre a condição de vulnerabilidade, já que ela é também caracterizada pela “[...] carência, desatualização ou imobilidade de ativos; os últimos correspondendo, *grosso modo*, às diferentes formas da capital (físico, humano e social)” (VIGNOLLI, 2006, p. 96).

Na verdade, Cunha (2004) e Vignolli (2006) “bebem” de uma mesma fonte, no caso, suas definições de vulnerabilidade são lastreadas pelo trabalho de Kaztman (2000), onde a vulnerabilidade é definida como:

⁴ E, não necessariamente por uma relação de dependência entre fatores. Raciocínio que poderia conduzir a problemática, hipóteses e explicações causais. Ou seja, a uma assimetria de relações e a uma maior dependência de um fator em relação ao outro. Perspectiva esta que pode ser severamente criticada nas ciências sociais.

“[...] a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração [...]”

(KAZTMAN, 2000, p.7 – o grifo é meu)

Para o autor, a vulnerabilidade nasce justamente deste descompasso/abismo criado entre as oportunidades ofertadas pelo “clássico” tripé: 1) Mercado, 2) Estado e 3) Sociedade/Comunidade e o acesso a elas, só possível a partir do conjunto de ativos que indivíduos e grupos dispõem.

Diferentemente do ocorrido nos estudos psicológicos ou ambientais - anteriormente citados como forma de contextualizar a noção -, o cerne da questão passa a ser os ativos que indivíduos e grupos dispõem ou conseguem mobilizar para enfrentar adversidades e riscos, ou seja, há aqui um ponto de inflexão no usual sentido dado a vulnerabilidade ou ao menos como esta é compreendida, visto que os riscos sempre existirão e, mais, transformar-se-ão ao longo do tempo, assim sendo, o que importa é a “caixa de ferramentas” que cada um possui.

“O enfoque da vulnerabilidade tem como potencialidade contribuir para identificar indivíduos, grupos e comunidades que por sua menor dotação de ativos e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária.”

(BUSSO, 2001, p.25 – o grifo é meu)

Kaztman et al. (1999a), ao delinear minimamente as condições que deveriam ser tomadas em conta a fim de caracterizar a condição de vulnerabilidade, fornece um importante nexos para o presente estudo. Desse modo, para os autores, ao se trabalhar com a noção não se deve deixar de considerar, no mínimo, 3 aspectos básicos: a) inserção e estabilidade no mercado formal de emprego, b) o grau de regularidade de acesso a serviços públicos e outras formas de proteção social (sua denominada “geografia de oportunidades”) e, por fim, c) *a debilidade de suas relações sociais.*

Este último aspecto nos é especialmente caro, por entender que uma das suas formas de apreensão e representação seja, justamente, por meio das redes sociais. As redes são, nesse sentido, importantes formas de enfrentamento e adaptação aos riscos quando o encolhimento do Estado e a desproteção inerente ao Mercado não mais

conseguem fornecer meios básicos de superação dos mesmos. Cabe, portanto, ao que Kaztman et al. (1999) definem como “instituições primordiais” (leia-se família e comunidade) serem ou se tornarem a fonte de subsídios, recursos, informações – em suma, de ativos – para seu enfrentamento⁵.

Esta é uma preocupação também constante em Cunha (2004), já que este, ao se esforçar por apreender algumas dimensões da organização familiar dos domicílios metropolitanos, sugere que ela [composição familiar e domiciliar] pode interferir (positivamente ou não) na condição de vulnerabilidade destes mesmos domicílios e indivíduos, já que sua condição de vulnerabilidade passa pela “[...] força (ou debilidade) das redes sociais, além da sua dimensão comunitária [...]” (CUNHA, 2004, p. 346).

Em suma, a noção de vulnerabilidade permite abordar riscos, incapacidade de respostas a eles e ativos de forma conjunta e associativa. Agora, retornando a primeira hipótese do trabalho [que a migração impacta a rede social do migrante], em que esta perspectiva pode ser útil? Quais as possíveis associações entre o processo migratório, a vulnerabilidade [particularmente a relacional] de indivíduos e famílias e a rede social do migrante? Quais destes elementos são possíveis riscos e ativos?

2.2. O tênue limiar entre riscos e ativos

“Faca de dois gumes”

2.2.1. O processo migratório

As recentes transformações estruturais associadas ao processo mais geral de “globalização” (advento e disseminação de tecnologias de informação e comunicação, significativas alterações na estrutura produtiva, intensificação das trocas e fluxos – fossem eles mercantis ou até mesmo migratórios/populacionais – entre distintas e desiguais regiões do globo, inflexão da pirâmide populacional e sua conseqüente repercussão nas estruturas e formas de organização familiares) tem continuamente tido êxito em modificar o modelo de estratificação social, culminando na definição de sociedade de risco (BECK, 1986).

⁵ Isto não quer dizer que elas necessariamente se tornaram ativos, mas que são base e estrutura para a sua formação, reprodução e disponibilização.

Logo, há um considerável incremento dos fatores, elementos, mecanismos, processos e fenômenos que conduzem a um número também crescente de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade, uma vez que os riscos estarão sempre presentes e, mais importante, em constante mutação (BONET i MARTI, 2006). “Portanto, nesta linha, a vulnerabilidade não é uma condição emergente, mas uma condição permanente” (VIGNOLLI, 2006, p. 102).

Um dos condicionantes, e importante catalisador, desta atual situação de intensificação da frequência, quando não da própria gravidade, do risco, é o progressivo desamparo relacionado a erosão e retração de instituições chaves do Estado. Processo este que ocorre tanto em países desenvolvidos como não, mas cujos desdobramentos se dão e afetam principalmente estes últimos.

Desse modo, a crise financeira e também ideológica do Estado, principalmente o de Bem Estar Social, afetou parcelas consideráveis da população mais carente, como também boa parte da dita classe média, uma vez que ela sempre esteve em maior ou menor medida vinculada a construção do ideário de Estado Nacional. Quando este está em crise, esta classe também se vê excluída das suas possíveis benéficas protecionistas.

Uma vez que o Estado adota a lógica de Pilatos – “lavando suas mãos” - ou, no mínimo, deixando um vácuo a ser preenchido, outra possível solução seria o Mercado. Todavia, não é difícil perceber que o Mercado sempre foi, ao menos nos países em desenvolvimento, um agravador das desigualdades sociais e não o seu oposto, um minimizador ou apaziguador delas. Ou seja, ao menos no Sul, o Mercado nunca ocupou e sequer se preocupou em desempenhar o papel de provedor. E, se isso aconteceu foi em uma escala muito reduzida de intervenção, muitas vezes seguindo lógicas corporativistas. Sua progressiva desregulamentação foi mais um incentivo as incertezas e instabilidades contemporâneas do que solução às mesmas.

Tendo em vista este processo de “enxugamento” das funções do Estado e da progressiva “liberdade” dada ao Mercado, a responsabilidade atribuída a comunidade se viu em muito aumentada, cabendo a ela, progressivamente, o papel de provedora de recursos que nem o Estado, nem o Mercado mais proporcionavam. Não é a toa, portanto, que o tema “redes sociais” se encontra tão em voga atualmente, haja vista

que elas se tornam um dos inúmeros componentes de uma “estratégia de sobrevivência”⁶ mais global de indivíduos e grupos.

Agora, para além destes dois grandes condicionantes estruturais dos riscos contemporâneos [retração do Estado e desregulamentação do Mercado], há uma imensa variedade deles⁷, inclusive, os de carácter demográfico, como faz questão de sugerir Vignolli (2006).

Dentre eles estão: a morte, os custos materiais e não materiais por morbimortalidade, a gravidez não desejada ou na adolescência, o envelhecimento, a alta razão de dependência nos domicílios e, interessante, a migração. Sendo que boa parte destes “riscos” demográficos afetam principalmente os pobres. E os afetam, essencialmente, porque seus ativos (físico/financeiro, humano e social) são exíguos, ou seja, eles contam com mecanismos de resposta e enfrentamento de curto alcance.

Mas, ao presente estudo, cabe a pergunta: a migração pode ser encarada como um risco como sugere de modo geral e vago Vignolli (2006)? A citação do próprio Vignolli (2006), abaixo, enceta uma interessante questão:

“A migração, contudo, é, essencialmente, uma opção com a qual contam os domicílios pobres para enfrentar situações potencialmente adversas, e foi, de fato, considerada uma das “respostas demográficas” perante choques externos, independentemente dos dividendos provocados posteriormente.”

(VIGNOLLI, 2006, p. 105 – o grifo é meu)

Assim, ao mesmo tempo em que é encarada como possível solução de riscos contextuais [novamente, retração do Estado e desregulamentação do Mercado], ela carrega em si a sua parcela de riscos inerentes - ao menos para os mais pobres -, como por exemplo, os custos financeiros do deslocamento migratório, tais como: tarifas de transporte, viagem, estadia, etc., mas não somente. São considerados custos migratórios o tempo despendido em pesquisa sobre o destino e no acúmulo de informação (informações sobre língua nativa, moeda e oportunidades de emprego no destino são bons exemplos), custos de oportunidade (salários e oportunidades deixadas a margem em sua própria origem) e, ainda, custos psicológicos (a dificuldade

⁶ Ver principalmente estudos da década de 90 como os de Montali (1990).

⁷ Mas que são derivados em maior ou menor medida por estes dois primeiros fenômenos macro-estruturais.

e o peso de se desvincular da família, amigos, associações, etc., nas regiões de origem, ou seja, a própria ruptura de contatos provocada por esta) (MASSEY et al., 1987; BOYD, 1989).

A situação é complexa, mas parece que ela [migração] possui impactos significativos nas redes sociais dos migrantes, ao menos no momento de chegada destes às áreas de destino, conduzindo-os a situações de vulnerabilidade social e relacional no primeiro momento.

*Os choques relacionados com a migração são mais complexos, pois ela não segue um padrão claro com relação à condição de pobreza. Contudo, para os pobres, a migração costuma ser uma opção de fuga e, neste sentido, é escassamente informada e planejada. **Pelo fato de ser uma mudança brusca e efetuada em condições precárias e/ou adversas, pode desestruturar a comunidade ou domicílio de origem, constituindo-se em um choque.***

(VIGNOLLI, 2006, p. 107 – o grifo é meu)

Assim, retomando a pergunta:

A migração pode ser encarada como um risco para a rede social do migrante? Ou pode ser o desdobramento processual de, agora sim, um risco macro-estrutural conjuntural?

Parece que não há uma resposta definitiva sobre o assunto. No entanto, a partir deste apanhado bibliográfico, a primeira hipótese de trabalho parece se mostrar válida, ou seja, a migração possui inequívocos impactos no processo longitudinal de estruturação e na composição situacional da rede social do migrante no presente, fossem eles para o “bem” ou para o “mal”, haja vista que estudos como os de Lozares e Molina (2011) e Jariego e Holgado (2005) apontam que a migração ao longo do tempo de residência do migrante no destino, bem como de acordo com as distintas modalidades migratórias e movimentos realizados, diversificam consideravelmente a rede social do migrante.

Nesse sentido, a migração é tanto um risco como um ativo dentro do enfoque de vulnerabilidade [social e/ou relacional], ou seja, ela é em si ambivalente. Agora, e a rede social do migrante? Poderia ser ela um elemento de enfrentamento a adversidades ou ela poderia reproduzir as suas próprias adversidades? Ou seja, ela poderia conduzir ou retirar um indivíduo da condição de vulnerabilidade?

2.2.2. Vulnerabilidade relacional

Diga-me com quem tu andas

Da mesma forma como o ocorrido em relação a migração, a resposta caminha para o sim e para o não.

Mas antes as origens. Uma das primeiras noções de redes são oriundas dos estudos de Granovetter (1985) e Coleman (1988) e da noção de “*embeddedness*” aí presente, segundo a qual a ação dos atores se encontra inserida em um tramado de redes de relações sociais que proporcionam acesso (ou, o contrário, impedem-no de acessar) a determinados recursos, influenciando em suas atitudes comportamentos, apreensões, etc.. De forma resumida, trata-se da perspectiva na qual o sujeito é condicionado socialmente. Mas há também o caminho oposto, ou seja, a forma de transformação oriunda do micro e que reverbera no macro. Nesta linha se enquadra a noção de “*empowerment*”, segundo a qual é possível ativar processos de fortalecimento e transformação comunitária a partir da coordenação das interações estabelecidas entre seus sujeitos “chave” (BONET i MARTI, 2006).

Vignolli (2006) sugere ao longo de diversas passagens de seu texto que esta incapacidade/inabilidade de enfrentamento as adversidades (e, conseqüentemente, persistência dos atores em condições de vulnerabilidade) é proveniente, também, da carência de fontes de apoio externas. Sua positividade residiria no fato que ela pode ser mais facilmente e rapidamente mobilizada como fonte de recursos em momentos adversos, principalmente por redes familiares ou intradomésticas, uma vez que “[...] atuam como instituição formadora, transmitem ativos e se posicionam socialmente [...]” (VIGNOLLI, 2006, p.126).

Tal discussão acerca das positivities da rede remete ao estudo de Granovetter (1973) sobre a relevância dos ditos “*laços fracos*” caracterizados por se tratarem de relações sociais estabelecidas entre colegas, amigos, conhecidos e que são fundamentais para a circulação de recursos imateriais ou instrumentais, como informações sobre oportunidades de emprego, por exemplo. Sua oposição é feita pelos “*laços fortes*”; estes, por sua vez, são vinculações e relações/interações sociais tecidas (casamento) ou herdadas (consangüinidade) entre parentes e familiares e que são responsáveis pela circulação de recursos materiais (ajuda financeira, material, etc.), mas também por recursos imateriais; o diferencial em relação aos recursos

imateriais dos ditos laços fracos é que estes se embasam em relações de extrema confiança (cuidado disponibilizado com crianças, idosos enfermos, “feedback” positivo, etc.) (BARRERA, 1980).

Lozares e Molina (2011) discutem a importância de cada um destes tipos de laços na geração de capital social. Para tanto se esforçaram por recategorizá-los de acordo com noções presentes nos estudos de Análise de Redes Sociais (ARS). Nesse sentido, os “laços fracos” seriam ilustrações de relações/interações sociais do tipo “*linking*” ou “*bridging*”, enquanto que os “laços fortes” das relações/interações sociais do tipo “*bounding*”.

Laços fracos se desdobriam em processos mais eficientes de integração social (por exemplo, do migrante – usualmente visto como “o” outro, “o” diferente nas sociedades receptoras), pois podem acarretar em maior diversidade e heterogeneidade de relações sociais entre indivíduos com características diferentes entre si, logo, em maior diversidade de recursos, haja vista que a informação disponibilizada por um pode ser totalmente diferente daquela disponibilizada por outro.

Já os laços fortes seriam os grandes responsáveis por um processo de coesão social mais sedimentado, uma vez que as relações/interações sociais são estabelecidas prioritariamente entre integrantes internos ao grupo. Possivelmente quanto mais coeso o grupo mais eficaz e rápida será a disponibilização e a transmissão de recursos materiais e imateriais de primeira necessidade contra diversas adversidades, fato este essencial para uma reflexão acerca do processo migratório, principalmente o crítico momento de chegada do migrante ao destino. Contudo, - também possivelmente - maior e mais intensa será sentida sua coerção [social] sobre aqueles que não se adéquam plenamente as suas regras internas (PORTES, 2000).

Os autores, ainda discorrendo sobre o artigo de Lozares e Molina (2011), dão grande ênfase as “vantagens” proporcionadas por redes que conseguem que parte de suas relações/interações sociais extrapolem o grupo, ou seja, aquelas do tipo “*linking/bridging*”. Mas, mesmo nesse caso, as relações não culminam, *a priori*, em “vantagens”, essencialmente por dois motivos. O primeiro, porque as relações podem ser estabelecidas com indivíduos provenientes de grupos com características muito semelhantes entre si, ou seja, possivelmente o recurso que flui no interior da rede seria também muito semelhante entre si, fato que agravaria a solução de determinados problemas e a conseqüente reprodução dos mesmos (ao longo do tempo, do espaço, das gerações, etc.). Há ainda que se ponderar que estas relações podem nascer de uma desigualdade e/ou assimetria de poder (por exemplo, a relação

entre patrão e empregada doméstica). Neste sentido, a heterogeneidade de contatos de fato existe, mas a transmissão de recursos não necessariamente.

Bonet i Marti (2006) tem um ponto de vista semelhante. O autor problematiza a perspectiva “otimista” acerca das redes sociais, uma vez que, ela desempenha um papel crucial como agente da reprodução social, inclusive de suas carências (reprodução da pobreza, por exemplo).

Por estes motivos, Bonet i Marti (2006, p. 4) aponta para uma condição de vulnerabilidade *relacional* identificada como “[...] aquella situación generada por la ausencia o debilidad de los vínculos de inserción comunitaria”.

Segundo o mesmo autor, esta situação se origina basicamente de duas situações: a) o sujeito se encontra em uma situação de isolamento ou dispõe de uma rede social pouco eficaz, pois é composta por poucos indivíduos e b) o sujeito está inserido em uma rede social marginalizada, ou seja, onde os recursos que fluem em seu interior são muito pouco diversificados. A primeira situação sugere um condicionante quantitativo, enquanto que a segunda, um gargalo quanto as qualidades da rede, ou ao menos dos seus recursos.

Parece que estas são situações particularmente presentes no cotidiano dos migrantes, ao menos nos seus momentos de chegada no destino. Todavia, como dito na seção anterior, esta mesma ruptura inicial pode provocar o florescimento de novos contatos, diversificando sua rede e, conseqüentemente, seus recursos.

Ou seja, o simples pertencimento a uma rede social de tal “tipo” (na verdade, com atributos e relações sociais que lhe são particulares) não é, *a priori*, necessariamente uma vantagem ou proporciona por si soluções de enfrentamento a problemas ou adversidades. Não é, portanto, só um ativo (mesmo que também tenha esta face), pois apresenta, de modo indissociável, os seus riscos, negatividades, deficiências e carências.

Se a migração e as redes sociais podem, ao mesmo tempo, ser ativos e riscos, pois podem conduzir migrantes a condições de vulnerabilidade social e relacional, mas também tirá-los destas mesmas condições; qual pode ser um ativo no seu sentido *stricto*, ou seja, um ferramental que de fato repercutirá na forma como a rede social e a migração serão mobilizadas, ou seja, a fim de que se tornem solução de problemas e não o elemento que os gera ou reproduz?

3. Os ativos

“Caixinha de ferramentas”

Como até o presente momento vem sido tratado, a situação de vulnerabilidade não é caracterizada unicamente pela presença de riscos, mas sim por meio da incapacidade ou inabilidade de resposta perante contingências ou adversidades fossem elas endógenas ou exógenas.

Desse modo, uma das principais chaves para se entender a condição de vulnerável ou não vulnerável de indivíduos e grupos gira em torno dos ativos que eles dispõem ou conseguem mobilizar.

Mesmo a noção de ativo não sendo inédita, sua releitura proporcionada a partir de Moser (1988) assevera diversas potencialidades inerentes a noção, particularmente aquelas relativas a sua dimensão política. Esta mesma releitura serviu para expandir consideravelmente as tradicionais definições de pobreza, muitas vezes definidas meramente como um recorte econômico/financeiro (a partir da variável renda/rendimentos). Ela propõe que para a superação de adversidades, inclusive econômicas/financeiras, as políticas públicas devem estar atentas para os ativos que os pobres possuem e para formas efetivas de mobilizá-los e manejá-los.

“Identifying what the poor have, rather than they do not have, focuses on their asset [...] The asset framework goes beyond a “static” measuring of the poor, toward classifying the capabilities of poor population to use their resources to reduce their vulnerability [...]”

(MOSER, 1998, p.1; p.14)

É por demais ampla a gama de ativos, mas pode-se pensar em essencialmente três grandes grupos: a) capital físico/financeiro, b) capital humano e c) capital social. A este estudo cabe observar com especial atenção um destes tipos, mais especificamente, o capital social, por entendê-lo como a “moeda de troca” base e motor para o dinamismo interno de uma dada rede social, haja vista que gera expectativas de trocas futuras embasadas em relações de reciprocidade e confiança daí necessárias.

Nesse sentido, as redes sociais tratam-se da estrutura básica para o surgimento deste ativo, contudo, o simples pertencimento a uma destas redes não significa que ela será, por exemplo, para o migrante uma vantagem. Isto, pois, como dito na seção anterior,

redes do tipo “bounding” (união) podem reiterar e reproduzir situações de pobreza e vulnerabilidade social e relacional, haja vista que seus recursos e contatos são limitados e homogêneos. Assim como, redes do tipo “linking/bridging” podem ser alicerçadas em relações sociais assimétricas ou desiguais; ou seja, mesmo sendo heterogêneas, não há circulação de recursos, ajudas e suportes.

Contudo, elas também apresentam “vantagens”. Todavia, as vantagens de cada um destes particulares tipos de redes só podem ser acessadas por aqueles que dispõem, mobilizam e manejam adequadamente seus montantes de capital social, uma vez que este por ser uma espécie de “banco de favores” lubrifica as relações/interações sociais no interior da rede, fomentando-as (PUTNAM, 1995), proporcionando que migrantes adquiram ajudas através de seus “laços fortes” ou incrementando seu instrumental de informações e recursos através de seus “laços fracos”.

Assim, a principal chave para se compreender como um indivíduo ou grupo chegou a uma situação de vulnerabilidade social e/ou relacional e como pode também superá-la passa pela *quantidade e qualidade de capital social que ele possui e constrói através de suas redes sociais* e não necessariamente pelo tipo de rede social do qual pertence, ou ainda, pelo simples fato de ter ou não migrado.

Estudos que têm por objetivo enfrentar esta questão carecem de dados longitudinais sobre as transformações ocorridas na rede social do migrante ao longo do tempo e das suas consecutivas mudanças. Nesse sentido, devem obter seus próprios dados a partir de métodos de captação específicos, uma vez que eles inexistem nas usuais fontes secundárias de dados (censos, por exemplo).

Uma possível solução para sua operacionalização, ou seja, a transformação do conceito em variável, seria apreender aqueles indivíduos e/grupos que possuem uma grande “banco de favores”. De modo geral e ainda muito vago neste momento, aqueles que muito fornecem recursos (materiais ou não), ajudas, suportes, informações, etc. a outros, pois, muito provavelmente, o fluxo de transmissão será inverso no futuro, ou seja, eles passarão mais a receber do que a dar, já que, neste caso, a reciprocidade é uma chave de entendimento importante.

4. Conclusões

O presente estudo se esforçou por apreender possíveis nexos e pontos de diálogo e associação entre diversos conceitos e noções, tendo a noção de vulnerabilidade como coluna estruturadora da argumentação aqui realizada.

No entanto, como ressaltado anteriormente, são diversos os campos, as disciplinas e áreas do conhecimento e pesquisa em que a noção de vulnerabilidade encontra grande penetração. Coube aqui discorrer sobre como ela pode ser central para o entendimento do processo migratório e como este impacta o processo de estruturação e a composição final da rede social do migrante.

As diferentes etapas do levantamento bibliográfico (exploração, seleção, análise e interpretação) e as obras referenciais aqui discutidas por si validam a primeira hipótese de trabalho, seja, que a migração possui inequívocos impactos na rede social do migrante.

Contudo, a relação entre migração, redes sociais e vulnerabilidade é muito mais complexa do que inicialmente se poderia pensar. As noções e conceitos mantêm entre si uma relação associativa. É dizer, que não há causalidade, nem “unidirecionalidade” entre elas. Ademais, todas carregam em si uma certa ambivalência, fato que complexifica ainda mais sua análise, mas que, por outro lado, leva a uma perspectiva mais crítica em relação a cada uma.

Neste caos original, parece que a noção de ativos – e dentre eles o capital social, pois é derivado especialmente das relações/interações sociais estabelecidas entre os integrantes da rede social – podem se configurar como importante chave de entendimento dos motivos pelos quais a migração e as redes sociais podem ser, para alguns, mecanismos de solução de problemas e adversidades e não elementos responsáveis pela sua reprodução. Em suma, mecanismos que podem retirar (como também sua antítese, colocar) indivíduos da condição de ser/estar ou não vulnerável.

Isto se dá, pois mesmo em redes sociais caracterizadas por relações/interações sociais do tipo “bounding”, o capital social apresenta um inegável valor como elemento aglutinador do grupo, garantindo que recursos de primeira necessidade sejam transmitidos de modo mais efetivo.

De modo geral, e em termos não científicos, o capital social pode ser o elemento responsável por “tirar leite de pedra”, aquele que, mesmo com uma estrutura [leia-se

rede social] carente e vulnerável (vulnerabilidade social e relacional), pode reelaborá-la a ponto de transformá-la em fonte de apoio, suportes e recursos por mais restritos que eles fossem.

Referências Bibliográficas

BARRERA, M., Jr. A method for the assessment of social support networks in community survey research. **Connections**, v. 3(3), 1980, p. 8-13.

_____. Social support research in community psychology. In: RAPPAPORT, J; SEIDMAN, E. BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1986.

BONET i MARTI, J. La vulnerabilidad relacional: Análisis del fenómeno y pautas de intervención. **Revista hispana para el análisis de redes sociales (Revista electrónica)**, v. 11, n. 4, Dezembro.2006. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es>>. Acessado: 20 de Janeiro de 2012.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, Staten Island, v.23, n.3, 1989.

BURT, R.S. **Structural Holes: The Social Structure of Competition**, Cambridge, MA:Harvard University Press, 1992.

_____. The contingent value of social capital. **Administrative Science Quarterly**, 42: 339-365, 1997.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.94, 1988.

BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. Santiago do Chile: CEPAL/Celade, 2001.

CUNHA, J. M. P. **Intra-Metropolitan mobility, social networks and vulnerability: a study of the Metropolitan Region of Campinas in São Paulo, Brazil**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2009.

_____. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.21, n.2, jul./dez.2004.

_____. **Projeto Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. (Relatório Final).

_____; JAKOB, A. A.; CUNHA, T. A. **Dinâmica intra-urbana: migração e redes sociais na Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2009.

CUTTER, S.L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 20, n. 4, 1996.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.78, n.6, 1973.

_____. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness." **American Journal of Sociology**, n.91, pp. 481-510, 1985.

HOGAN et al. Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas. In: Hogan et al. (orgs.), **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO-Unicamp, 2001.

JARIEGO, I. M.; HOLSADO, D. (2005). Lazos fuertes y proveedores múltiples de apoyo: comparación de dos formas de representación gráfica de las redes personales. **Empiria**. Revista de metodología de ciencias sociales, 10, 107-127.

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).

_____. et al. Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: **PNUD/CEPAL**, 1999b.

_____. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000 (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). Disponível em : <<http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos>>.

_____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista da CEPAL**, Santiago de Chile, n.75, 2001.

_____; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

LOZARES, C.; MOLINA, J. L. Cohesión, Vinculación e Integración sociales en el marco del Capital Social. **Revista hispana para el análisis de redes sociales (Revista electrónica)**, v. 4, n. 2, Junho.2011. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es>>. Acessado: 05 de Janeiro de 2011.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.22, n.64, jun.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>. Acesso em: 08 maio 2009.

_____. ¿Como son las redes de los individuos en situación de pobreza en el Brasil urbano? **Revista hispana para el análisis de redes sociales (Revista electrónica)**, v. 18, n. 4, Junho.2009. Disponível em: < <http://revista-redes.rediris.es>>. Acessado: 10 de Fevereiro de 2012.

MASSEY, D. S. et al. **Return to aztlán**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

_____. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v.56, n.1, 1990.

MONTALI, L. Arranjos familiares: O esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, 72. Fundação SEADE, 1990.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. World Development, Grã Bretanha, Elsevier Science, v.26, n.1, 1998.

PORTES, A. The two meanings of social capital. **Sociological Forum**, US, v.15, n.1, 2000.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Washington, v.6, n.1, 1995.

_____. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, US, v.13, n.1, 1993.

VIGNOLLI, J. R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.